

ASSUJEITAMENTO E CONFLITO NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM TEXTOS DE APRESENTAÇÃO DE GRAMÁTICAS ESCOLARES DO PORTUGUÊS

SUJECIÓN Y CONFLICTO EN LA CONSTITUCIÓN DEL SUJETO EN TEXTOS DE
PRESENTACIÓN DE GRAMÁTICAS ESCOLARES DEL PORTUGUÉS

SUBJECTION AND CONFLICT IN THE CONSTITUTION OF THE SUBJECT IN SCHOOL
GRAMMARS' PRESENTATION TEXTS IN PORTUGUESE

Francisco Eduardo Vieira¹
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO: Neste trabalho, investigo como gramáticas escolares do português dizem incorporar as consequências da virada pragmática a seus propósitos prescritivistas e a sua organização tradicional. Para tanto, analiso discursos materializados em textos de apresentação desse tipo de gramática, inscrevendo-me nas bases teórico-metodológicas da análise do discurso de linha pecheutiana. Os resultados indicam que os sujeitos desses discursos estão filiados ideologicamente à *formação discursiva da virada pragmática no ensino de língua portuguesa* (FDV). Nesse processo de assujeitamento, tais sujeitos instauram um movimento de identificação com a forma-sujeito associada à FDV, responsável pela ilusão de sua identidade. Porém, ainda que se tenda à coincidência plena entre sujeitos do discurso e do saber, também há espaço para “falhas no ritual” do assujeitamento, instaurando um espaço de conflito, ao invés de unicidade, e uma forma-sujeito também heterogênea em relação a si mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Gramáticas escolares; Análise do Discurso; Formação discursiva; Assujeitamento.

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de Linguística na Universidade Estadual da Paraíba. Seus principais interesses orbitam em torno dos estudos sobre gramáticas do português e materiais didáticos, a partir de diferentes linhas teórico-metodológicas. E-mail: feduardovieira@gmail.com.

RESUMEN: En este trabajo, investigo cómo las gramáticas escolares del portugués incorporan las consecuencias del giro pragmático a sus intentos normativistas y a su organización tradicional. Para eso, analizo discursos materializados en textos de presentación de ese tipo de gramática, adoptando las bases teóricas y metodológicas de Análisis del Discurso de línea pecheutiana. Los resultados indican que los sujetos de esos discursos están filiados ideológicamente a la formación discursiva del giro pragmático en la enseñanza de lengua portuguesa (FDG). En este proceso de sujeción, tales sujetos establecen un movimiento de identificación con la forma-sujeto asociada a la FDG, responsable por la ilusión de su identidad. Sin embargo, aunque exista tendencia a la coincidencia plena entre sujetos del discurso y del saber, también hay espacio para “fallas en el ritual” de la sujeción, creando un espacio de conflicto, en vez de unidad, y una forma-sujeto también heterogénea en relación a sí misma.

PALABRAS CLAVE: Gramáticas escolares. Análisis del Discurso. Formación discursiva. Sujeción.

ABSTRACT: In this paper I investigate how Portuguese language school grammars claim to incorporate the consequences of the pragmatic turn-out to its prescriptive purposes and to its traditional organization. To reach such aim I analyze discourses, materialized in the presentation texts of this type of grammar, following the lines of Michel Pêcheux’s theoretical-methodological framework of the discourse analysis. Results show that the subjects of such discourses are ideologically affiliated with the discursive formation of the pragmatic turn-out in the teaching of the Portuguese language. In this subjection process, such subjects introduce an identification movement with the form-subject associated with the aforementioned discursive formation, which, in turn, is responsible for the illusion of their identity. However, even though there is a coincidence tendency between discourse subjects and knowledge subjects, there is also room for “failures in the ritual” of such subjection process, establishing a space of conflict instead of uniqueness, and a form-subject also heterogeneous in relation to itself.

KEYWORDS: School Grammars. Discourse Analysis. Discursive Formation. Subjection.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o processo de gramatização do português vem produzindo dois tipos de gramática de perfil predominantemente prescritivo-normativo: a gramática teórica ou tradicional (doravante GT), sem finalidade didática explícita; e a gramática escolar ou pedagógica (doravante GE), organizada a fim de ser instrumento de ensino-aprendizagem do português. A GE, foco da análise que empreenderei neste trabalho, se diferencia da GT por oferecer – além de categorizações, definições e exemplificações – atividades sobre os conteúdos gramaticais explanados. As raízes teórico-metodológicas desse material didático remontam aos gramáticos alexandrinos do século III a.C., os quais se apropriaram das elaborações teóricas dos filósofos antigos e as transformaram em princípios incontestáveis na descrição de uma língua “correta”, neste caso, o grego homérico. Essa visão, absorvida pelos gramáticos latinos durante o império romano e a Idade Média, forneceu o lineamento taxionômico, conceitual, metodológico e ideológico para a gramatização dos vernáculos europeus a partir do século XIV, e é, até hoje, depois de mais de dois mil anos, o principal modelo de tudo o que vem sendo feito em termos de gramática escolar no Brasil.

Entretanto, desde os anos 1960, a crítica à fragilidade conceitual e empírica desse modelo de gramática levou à redefinição de seu papel e espaço no âmbito dos estudos universitários e, posteriormente, nas escolas brasileiras, instaurando, no dizer de Faraco, uma “[...] crise no núcleo tradicional do ensino de português [...]” (2008, p. 24). Em outras palavras, o ensino da norma-padrão e da nomenclatura e conceitos gramaticais passaram a ser questionados no que diz respeito à relevância, cientificidade e método. Esse “discurso da mudança” (cf. DE PIETRI, 2003) passou a circular, sobretudo a partir dos anos 1980, entre os professores de língua materna através de palestras, cursos de atualização, publicações de linguistas e documentos oficiais (guias, orientações e parâmetros curriculares). Hoje, após cinco décadas de discussões sobre novos horizontes para o ensino de português (e de gramática), configurou-se uma mudança de paradigma, uma espécie de “[...] virada pragmática no ensino de língua materna [...]” (RANGEL, 2001, p. 8), em que os saberes da Linguística, em suas diversas abordagens, vêm alimentando formas particulares de escolarização da língua portuguesa.

Diante disso, é evidente que as GEs de língua portuguesa não ficariam incólumes à virada pragmática e ao discurso da mudança. Se, por um lado, ao folhear esses compêndios percebe-se que eles, em geral, reproduzem a estrutura, a terminologia, os conceitos e as prescrições doutrinárias das principais GTs do português, por outro lado, também é nítida a tentativa em se filiarem discursivamente a uma visão de língua inovadora, inscrevendo-se numa perspectiva sociointeracionista de linguagem, compatível

com os desejos do mercado editorial em se adequar a um suposto professor atento às novas tendências pedagógicas. Além disso, muitas GEs são produzidas por autores de livros didáticos aprovados pelo PNLD e acordados, portanto, com o que se espera do trabalho com gramática por parte de um material didático. É o caso, por exemplo, da *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*, de Cereja & Magalhães (2009), cujo título já remete a saberes dos estudos macrolinguísticos. A Unidade I dessa gramática versa sobre linguagem verbal e não verbal, variedades linguísticas, funções da linguagem, intertexto e interdiscurso, entre outros temas e conceitos de disciplinas das ciências linguísticas pós-estruturalistas, centradas nos usos da língua. Contudo, os conteúdos das unidades seguintes dessa gramática (fonologia, morfologia e sintaxe) parecem ser arrolados a partir da perspectiva tradicional e consoante à NGB².

Feitas essas considerações, posso agora dizer a que pretende este trabalho. Seu principal objetivo é analisar os discursos dos textos das apresentações de GEs de língua portuguesa produzidas no Brasil nos últimos anos. A partir dessas apresentações, endereçadas costumeiramente ao estudante e ao professor, observarei como esses compêndios dizem incorporar as consequências da virada pragmática a seus propósitos prescritivistas e a sua organização tradicional milenar. A princípio, essa aproximação seria incompatível e resultaria em contradições teórico-metodológicas e conceituais no interior das GEs de língua portuguesa, que se revelam, *grosso modo*, mantenedoras da doutrina gramatical tradicional.

Dito de outra forma, objetivo analisar aqui os discursos dos textos de apresentação de GEs contemporâneas, observando, a partir de seu “processo discursivo” (PÊCHEUX, 1995 [1975]), a constituição de efeitos de sentido confluentes envolvendo a tradição gramatical (se certas características da doutrina gramatical fossem explicitadas como carro-chefe das obras, poderiam desvalorizá-las no mercado de livros escolares) e a virada pragmática. Parto da hipótese de que os discursos instaurados pelos textos de apresentação dessas GEs são oriundos do que denomino formação discursiva da virada pragmática no ensino de português, conforme argumento mais à frente.

Na próxima seção, para atingir os propósitos analíticos deste trabalho, abordarei os seguintes e principais conceitos do cenário teórico da AD: *discurso, condições de produção, interdiscurso, intradiscurso, sentido, formação ideológica, formação discursiva, sujeito discursivo, forma-sujeito, posição sujeito, tomada de posição, acontecimento discursivo*, entre outros. Obviamente, não discutirei esse rol de termos de modo estanque e/ou linear, mas considerando a inter-relação entre eles e alguns de seus desdobramentos conceituais ao longo dessa inacabada “aventura teórica do discurso”³.

2 CONSTRUÇÃO E DISCUSSÃO DO ARCABOUÇO TEÓRICO

Dentre os elementos teóricos que me permitem pensar os processos discursivos materializados nos textos de apresentação das GEs, basilar é a noção de *discurso*, a qual, por si só, já pressupõe e deságua em outras noções cruciais à disciplina. Pêcheux, em seu texto fundador *Análise Automática do Discurso* (AAD 69), inicialmente forja tal conceito a partir de uma reflexão crítica sobre o corte saussuriano, definindo discurso por uma dupla fundamentação na língua e na história, articulada a uma teoria das ideologias no quadro do materialismo histórico. Para Pêcheux (1997 [1969]), discurso é efeito de sentido entre interlocutores⁴, cuja materialidade é determinada por suas *condições de produção*. Orlandi (2001) esclarece que as condições de produção tanto equivalem às circunstâncias da enunciação e ao contexto imediato, quanto ao contexto sócio-histórico-ideológico.

Também de acordo com Pêcheux (1997 [1969]), a um estado dado das condições de produção corresponde o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições, os quais manifestam invariantes semântico-retóricas estáveis, que são

² A partir de sua publicação, em 1959, a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) erigiu um modelo de gramática (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.) seguido desde então de forma bastante regular.

³ Expressão de Malidier (2011).

⁴ Pode-se dizer que a palavra ‘interlocutores’ é utilizada no texto de Pêcheux para se afastar da teoria da comunicação de Jakobson (1971), que faz uso de “emissor” e “receptor”. Outra mudança terminológica nessa direção é a substituição do termo “mensagem” – relacionado à transmissão de informação no esquema de Jakobson – por “discurso”, o que indicaria não se tratar de uma transmissão de informação entre A e B, mas de um efeito de sentidos entre posições A e B.

características do processo de produção colocado em jogo. Essa hipótese abre caminho para a formulação, em textos posteriores, do conceito de *formação discursiva*. Seguindo a linha de raciocínio do autor, a principal consequência dessa hipótese reside na impossibilidade de se analisar um discurso como um texto, como uma sequência linguística fechada em si mesma; é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis no interior de certas condições de produção, conjunto este posteriormente expresso por Pêcheux (1995 [1975]) na noção de *interdiscurso*.

Do conceito inicial de discurso proposto por Pêcheux (1997 [1969]), vieram alguns desdobramentos os quais tomo aqui, sobretudo, para diferenciar discurso, língua e ideologia. Malidier (2011) esclarece que o discurso não se confunde com a língua, nem tampouco funde língua e ideologia. A rigor, a língua é a base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivo-ideológicos. Nas palavras de Orlandi, o discurso é o “[...] lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, tomada esta não como ocultação, mas como funcionamento estruturado pelo modo de existência da relação língua-sujeito-história [...]” (2005, p. 81-82). A relação entre língua-discurso-ideologia reside, então, no fato de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, a qual, embora tenha sua ordem própria, é relativamente autônoma: não está fechada em si mesma e é sujeita a falhas, pois é determinada pelas condições de produção e pelo sujeito. Este, por sua vez, é afetado pelo real da língua e pelo real da história, pelo inconsciente e pela ideologia, e sobre isso não tem controle.

Nesse sentido, a teoria do discurso representa uma maneira de experimentar a teoria de Althusser (1970) na materialidade linguageira. Em *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas* (1975), Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) retomam tal quadro epistemológico nos seguintes termos: a região do materialismo histórico que interessa a AD é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada. Nas palavras dos autores,

[...] a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação* ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 165-166).

A esse princípio de interpelação do sujeito⁵, princípio-base de todo fazer discursivo, liga-se à noção de *esquecimento nº 1* ou, nos termos de Orlandi (2001), “esquecimento ideológico”, que se refere ao que nunca foi sabido e, no entanto, toca o sujeito falante de modo familiar por conta das causas que o determinam (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975]). Trata-se de um esquecimento estruturante, pois o sujeito tem a ilusão de ser fonte do seu dizer – ainda que este seja universal e preexistente –, e graças a essa ilusão é que ele é capaz de enunciar.

Regulado pelo esquecimento nº 1, da ordem do inconsciente, encontra-se um outro tipo de esquecimento: o *esquecimento nº 2*. Da ordem da enunciação, ele compreende “[...] o campo de tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz) ou o campo de tudo a que se opõe o que o sujeito disse [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 176). O esquecimento nº 2 trata-se de um efeito de ocultação parcial e se encontra no nível do pré-consciente. Sempre enunciamos de uma maneira e não de outras, formando-se, assim, famílias parafrásticas ao longo de nosso dizer, embora nem sempre tenhamos consciência disso. Por vezes, pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. Logo, afirmam Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) que a produção de sentido é indissociável da relação de paráfrase entre sequências discursivas, de modo que a família parafrástica das sequências constitui uma matriz do sentido, que se organizam no escopo de uma formação discursiva (FD), que por sua vez representa na linguagem a formação ideológica que lhe é correspondente. É a partir da relação no interior dessa família que se constitui o *efeito de sentido*.

⁵ Sobre a expressão “interpelação do sujeito”, é válido frisar um comentário de Pêcheux em *Semântica e Discurso*. O autor sugere que, ao invés de se dizer que “o sujeito é interpelado pela Ideologia”, melhor seria dizer que “o sujeito é chamado à existência” ou que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (1995 [1975], p. 154-155), a fim de evitar a pressuposição da existência de um sujeito a priori sobre o qual se efetuará a interpelação.

Portanto, como nos lembra Malidier (2011), a AD concede um lugar metodológico à paráfrase, uma vez que a tônica da análise reside justamente na investigação dessa matriz do sentido para se chegar ao efeito de sentido instaurado por determinado discurso. Desse modo, o analista poderá “[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não ditos no interior do que é dito [...]” (PÊCHEUX, 1997 [1988], p. 44).

Na abordagem do discurso da virada pragmática nos textos de apresentação das GEs, as relações parafrásticas terão lugar de destaque no procedimento analítico que empreenderei, pois os sentidos também se relacionam com as margens do dizer: os “[...] sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi [...]” (ORLANDI, 2001, p. 30). Se, por um lado, o discurso trabalha para que o efeito de sentido construído discursivamente produza a ilusão de sentido único, por outro, o analista do discurso procura desconstruir a materialidade discursiva para determinar os funcionamentos discursivos que promovem a instauração dessa ilusão (INDURSKY, 1997). Ouso dizer que desconstruir a materialidade discursiva significa entrar no território do que Pêcheux (1995 [1975]) nomeia *processo discursivo*, por meio de relações de substituição, paráfrases, sinônimas engendradas pelo analista. É o que tentarei fazer com o *corpus* selecionado para este trabalho.

Vê-se que a preocupação com o ideológico está na agenda dos analistas do discurso. A noção de ideologia é perpassada pelo viés do funcionamento ideológico, que interpela os indivíduos em sujeitos, os quais produzem seus discursos a partir de determinadas posições sujeito, também ideológicas. A esse respeito, Pêcheux e Fuchs definem o que eles chamam de *formação ideológica* (FI) enquanto “[...] força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento [...]” (1997 [1975], p. 166). Para esses autores, cada FI constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições em conflito umas com as outras, e comportam como um de seus componentes uma ou várias *formações discursivas* interligadas, as quais determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura (HAROCHE et al., 2007 [1971]), isto é, a partir de condições de produção específicas.

Nesse momento, a teoria pecheutiana pressupunha várias FDs, homogêneas em si mesmas, no interior de uma dada FI, e, dentre essas FDs, uma se sobressaia como dominante. Em escritos posteriores, já se percebe que as fronteiras entre as FDs (e entre as FIs) tornaram-se mais elásticas: o que cabe e o que não cabe numa FD não podem ser precisamente delimitados, o que coloca em xeque o fechamento da identidade de uma FD (noção de FD homogênea), e com ela a própria noção de maquinaria discursiva. Com o desdobramento do conceito, atualmente, os analistas do discurso reconhecem que as fronteiras porosas, esburacadas de uma FD permitem migrações de saberes, ou seja, as FDs relacionam-se entre si constituindo um complexo de formações discursivas. Não obstante, esses pesquisadores costumam trabalhar com apenas uma FD (cuja seleção vai depender da constituição do *corpus* e do objetivo do analista), associada a uma forma-sujeito (sujeito universal), por sua vez fragmentada em diferentes posições-sujeito no interior dessa FD (cf. INDURSKY, 1997, 2007; GRIGOLETTO, 2005). Neste artigo, inclusive, a análise que farei dos discursos materializados nos textos de apresentação das GEs seguirá tal configuração teórico-metodológica.

No livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux afirma haver nas práticas discursivas um “efeito ideológico elementar” (1995 [1975], p. 153): a ideologia dissimula sua própria existência no interior de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas nas quais se constitui o sujeito e os sentidos. Nesse caso,

[...] é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que não deve ser* [...]. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 159-160)

Em última instância, essa ilusão de evidência do sentido reside na dissimulação da objetividade material do *interdiscurso* pela FD intrincada no complexo das formações ideológicas. Segundo Pêcheux (1995 [1975]), é o *interdiscurso* que determina a FD como tal, a partir do fato de que “algo fala” sempre antes, em outro lugar e independentemente. Nesse sentido, o *interdiscurso* disponibiliza

dizeres que sustentam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2001). É no interdiscurso que se localizam as FDs, em função das relações de dominação, subordinação e contradição. Dito de outro modo, quando se passa de indivíduo a sujeito, este se identifica com algum lugar do interdiscurso, inscrevendo-se numa determinada FD, de onde discursiviza sempre por ela interpelado. Acrescenta Indursky que a natureza do interdiscurso é saturada: lá se reúnem “[...] todos os sentidos possíveis produzidos por vozes anônimas, já esquecidas [...]” (2011, p. 86).

Para Pêcheux (1995 [1975]), a noção de interdiscurso associa-se às noções de *pré-construído* e *articulações*, base decisiva da teoria do discurso. O pré-construído remete simultaneamente àquilo que todo mundo sabe e àquilo que todo mundo, em uma situação dada, pode ver e compreender (evidências do contexto situacional). Courtine (2009) complementa que o interdiscurso é o lugar de constituição do pré-construído, e que da relação entre ambos emerge um *sujeito universal* no seio de uma dada FD. Desse modo, a interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito ideológico realiza-se pela identificação do sujeito enunciador ao sujeito universal da FD.

Por sua vez, a articulação provém do funcionamento do interdiscurso enquanto *discurso-transverso*, fornecendo os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo em que atravessa e conecta entre si esses objetos. A articulação diz respeito, portanto, à linearização do *discurso-transverso* no eixo do *intradiscurso* e remete simultaneamente ao “como dizemos”, “como todo mundo sabe” e “como todo mundo pode ver” (PÊCHEUX, 1995 [1975]; COURTINE, 2009). O intradiscurso corresponde ao fio do discurso, ao encaixamento empírico na sequência textual. E a reinscrição, sempre dissimulada, dos elementos do interdiscurso (a presença de um não dito) no intradiscurso atravessa o dito sem que haja uma fronteira identificável⁶. Ainda de acordo com Pêcheux,

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita [...] (1995 [1975], p. 167).

Desse modo, o sujeito universal – ou forma-sujeito, nos termos de Maldidier (2011) e Indursky (2007) – tende a absorver e esquecer o interdiscurso no intradiscurso. Daí o sentido se constituir na FD, à revelia do sujeito, que, ignorando seu assujeitamento à Ideologia, se crê dono de seu discurso e fonte de seu sentido. Retomando a noção de processo discursivo, Courtine (2009) destaca que o estudo de um processo discursivo no interior de uma FD não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso. Uma FD serve de matéria-prima representacional para outra FD, o que deve ser levado em conta não só teoricamente, como analiticamente. Retomarei essa ideia na análise das apresentações das GEs que farei na próxima seção.

Passo agora a desenvolver a noção de “posição-sujeito”, relacionada à de “tomada de posição”, expressa inicialmente em Pêcheux (1995 [1975]). Já vimos que a interpelação do indivíduo em sujeito discursivo se efetua pela sua identificação com a FD que o domina, o que ocorre pelo viés da forma-sujeito. No curso desse movimento identificatório, o indivíduo pode assumir diferentes modalidades de tomadas de posição, o que, para Pêcheux (1995 [1975]), não é um ato originário do sujeito-falante, mas o efeito da exterioridade do real ideológico-discursivo, resultado de um retorno do “Sujeito” no sujeito.

Desse modo, consoante Pêcheux (1995 [1975]), Indursky (2007) e Grigoletto (2005), existem três modalidades de tomadas de posição do sujeito. Na primeira modalidade, ocorre a *identificação* plena do sujeito do discurso com o sujeito universal (forma-sujeito) da FD que o interpela, isto é, um se sobrepõe ao outro. Nesse caso, tem-se o discurso do “bom sujeito”, em que o assujeitamento é realizado sob a forma do livremente consentido. Na segunda modalidade, acontece a *contraidentificação* do sujeito do discurso em relação à forma-sujeito da FD que lhe é imposta. É o caso do discurso do “mau sujeito”, em que há uma separação (distanciamento, dúvida, contestação, revolta etc.) entre o sujeito da enunciação e o que a forma-sujeito lhe permite pensar. Na terceira modalidade, há uma *desidentificação* do sujeito do discurso com a FD e sua respectiva forma-sujeito, o que não significa que

⁶ Costuma-se dizer que o interdiscurso operaria num eixo vertical, o da constituição do discurso, onde teríamos todos os dizeres já ditos e esquecidos em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível; já o intradiscurso residiria num eixo horizontal, o da formulação do discurso, em que teríamos aquilo que estamos dizendo naquele momento dado e em condições dadas (cf. ORLANDI, 2001). Entretanto, pelo que expus aqui, acredito que a complexidade da relação entre interdiscurso e intradiscurso não pode ser exposta graficamente na bidimensionalidade em um plano cartesiano do tipo eixo das ordenadas vs. eixo das abscissas.

o indivíduo esteja livre do assujeitamento – ou sob o “efeito Münchhausen”⁷ –, pois há uma identificação com outra FD e forma-sujeito adversas às anteriores e, conseqüentemente, um deslocamento entre o sujeito da enunciação e a forma-sujeito anterior.

Em suma, no interior de uma FD, entendida como um domínio de saber heterogêneo em relação a ela mesma, pode-se identificar várias posições-sujeito. Em particular, a terceira modalidade da tomada de posição – a da desidentificação – pode ocorrer sob a forma do que Pêcheux denomina *acontecimento discursivo*, instituído “[...] no exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição” (1990 *apud* INDURSKY, 2008, p. 21). Assim, o acontecimento discursivo é o registro do surgimento de uma nova FD e de uma nova forma-sujeito, bem como de um novo sujeito histórico-ideológico, o que provoca movimentação e reordenação de sentidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como síntese do discutido na seção interior, inscrevo-me na perspectiva teórico-metodológico da análise do discurso de linha pecheutiana (AD), baseando-me tanto nos escritos de Pêcheux (1995 [1975], 1997 [1969], 1997 [1988]), Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), Haroche et al. (2007 [1971]), Courtine (2009), quanto no desenvolvimento, operado em terreno brasileiro, dos conceitos e das práticas de análise fundados por Michel Pêcheux e seus pares, como se vê nos trabalhos de Orlandi (2001, 2007), Indursky (1997, 2011), Grigoletto (2005, 2008), entre outros. Nos termos de Orlandi (2005), posso dizer que estou inserido no que ela denomina *Análise de Discurso Brasileira*, o conjunto de estudos e pesquisas sobre discurso que mantém uma filiação específica com Michel Pêcheux e que partilham de certos princípios sobre as relações língua/sujeito/história ou língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessas relações.

Segundo Malidier (1994), a AD, disciplina transversal e de entremeio⁸, opera uma ruptura epistemológica com a ideologia que domina as ciências humanas, uma vez que toma o “discurso”, em toda sua complexidade constitutiva, como objeto de investigação. Isso implica uma mudança de terreno e a emergência de uma nova teoria, para além de uma teoria da língua: uma teoria do discurso. Nesse sentido, afirma Orlandi que a reflexão discursiva “remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias”, o que resulta em deslocamento de regiões teóricas, em uma “des-territorialização” (2005, p. 76).

Assim, o discurso, sempre construído a partir de elementos histórico-sociais, não se confunde com o texto ou com a evidência do empírico, e representa, no campo da linguística, um movimento não só teórico, mas também metodológico. Nesse contexto de investigação em que estou situado, o objeto é teorizado ao mesmo tempo em que o dispositivo para análise é construído. Em outros termos, teoria e análise mantêm uma relação de mão dupla na AD: a teoria fundamenta a análise, e a análise permite o analista voltar à teoria para repensar conceitos, preencher lacunas, operar deslocamentos.

Segundo Indursky (2007), trabalhar com uma FD dotada de tais características, em sua heterogeneidade constitutiva, considerando os movimentos identificatórios com múltiplas ordens do saber e as diferentes tomadas de posição que configuram diferentes posições-sujeito, inscreve o analista de discurso dentro da tensão dos sentidos de um domínio de saber. Desse modo, quando se individualiza uma FD para análise, realiza-se simultaneamente um gesto de interpretação analítica, “[...] um gesto metodológico por excelência [...]” (INDURSKY, 2007, p. 85). Cabe ao analista, portanto, traçar os tênues contornos da FD com a qual o sujeito do discurso em análise se identifica.

⁷ Em referência ao Barão de Münchhausen (1720-1797), em cujas aventuras se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos, Pêcheux (1995[1975]) denomina de “efeito Münchhausen” o apagamento do fato de que todo sujeito resulta do processo de interpelação de um indivíduo em sujeito, de seu apagamento necessário no interior do sujeito como “causa de si”. Em outro modo de dizer, o sujeito é chamado à existência pela ideologia.

⁸ Quando se afirma que a AD é uma disciplina de entremeio, ao mesmo tempo, nega-se seu estatuto interdisciplinar, pois ela não é o mesmo que uma análise da língua e da história feita em parceria por linguistas e historiadores. A AD intenta perceber a relação entre o real da língua e o real da história (COURTINE, 2005), os quais, embora não possam ser ditos pela língua ou pela história, constituem o discurso, objeto da disciplina.

De certo modo, sigo esse encaminhamento teórico-metodológico na análise que empreendo na próxima seção. Meu *corpus* é constituído por três apresentações de GEs (em anexo) que circulam atualmente no mercado de manuais didáticos de língua portuguesa, cujas especificações seguem abaixo:

Quadro 1: Descrição do *corpus*

Apresentações	Gramáticas Escolares
Ap1	CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 448.
Ap2	MESQUITA, R. M.; MARTOS, C. R. Gramática pedagógica. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 496.
Ap3	CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da língua portuguesa. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. p. 584.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Meu intuito inicial residirá em estabelecer a relação FD/forma-sujeito, que interpela os indivíduos em sujeitos discursivos das apresentações selecionadas, para, somente então, e a partir daí, analisar o funcionamento discursivo nesses textos.

Com a abertura da escola a toda a população brasileira, os manuais didáticos ganharam certas características que contribuíram para sua autonomia em relação ao professor. O diálogo com o aluno, por exemplo, perpassa atualmente as GEs do início ao fim. Não raro os autores instauram o estudante como interlocutor explícito, a começar pela apresentação do livro a ele destinada. Todavia, nas representações imaginárias (cf. Pêcheux, 1997 [1969]) que são feitas dos leitores em potencial do compêndio, entra aí a figura do professor, e isso pela simples razão de, salvo circunstâncias atípicas, ser ele o responsável pela escolha do livro.

Portanto, é de se crer que, embora situem o aluno como interlocutor direto, os discursos materializados nas apresentações dessas gramáticas miram o professor por razões de mercado. No cenário esperado, esse professor, independentemente do que indique sua prática, costuma absorver e reproduzir o discurso da mudança no ensino de língua (e gramática); ou seja, a virada pragmática não lhe passa despercebida. Desse modo, os compêndios gramaticais tendem a se filiar discursivamente a uma visão de (ensino de) língua de certo modo hegemônica na academia e nas políticas públicas atuais.

Não irei aqui observar se tal interpelação resulta em distanciamento da natureza prescritivista da doutrina gramatical e de seu arcabouço teórico, conceitual e metodológico – ainda que, aparentemente, apenas por um relance analítico, eu possa dizer que não. O que me interessa é entender o funcionamento discursivo dessas apresentações, identificar que movimentos que esses sujeitos enunciativos operam, compreender a que ordens de saber e formações discursivas eles se vinculam para produzir os efeitos de sentido pretendidos e acreditados como evidentes. As análises sucederão uma breve contextualização de cada materialidade discursiva e a identificação da FD de base. Optei por não dividi-las em momentos distintos – um para cada apresentação, por exemplo – visto que, o gesto interpretativo inaugural do qual lanço mão compreende que os três sujeitos em foco discursivizam a partir de uma mesma FD, ainda que existam particularidades no funcionamento discursivo de cada apresentação, denominadas, a partir de agora, de Ap1, Ap2 e Ap3, conforme já descrito no Quadro 1.

4 A FORMAÇÃO DISCURSIVA DA VIRADA PRAGMÁTICA NO ENSINO DE LÍNGUA (FDV) E A FORMAÇÃO DISCURSIVA DA DOCTRINA GRAMATICAL TRADICIONAL (FDG)

A gramática escolar a que Ap1 se refere tem autores populares de livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), política pública que abraça a virada pragmática no ensino de língua portuguesa. O compêndio, lançado em 2005, se encontra em sua 3ª edição. O título da obra – *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação* – já reflete o perfil sociointeracionista em que os autores a situam.

A segunda apresentação que tomo para análise (Ap2) foi extraída da 30ª edição da *Gramática Pedagógica*, de Mesquita e Martos, cuja primeira edição é de 1994. Diante disso, é bom frisar que Ap1 refere-se a uma GE produzida inicialmente em meados dos anos 2000, enquanto Ap2, a uma GE originalmente datada de meados de década de 1990. Todavia, apesar dessa distância temporal de onze anos, como em Ap1, os discursos que em Ap2 circulam também refletem, em linhas gerais, as condições de produção do que estamos a chamar de virada pragmática no ensino de português.

A última apresentação (Ap3) abre a 3ª edição da *Gramática da língua portuguesa*, cuja 1ª edição é do ano 2000 e cujo autor é Pasquale Cipro Neto, professor bastante popular na mídia, porém muito criticado no meio acadêmico por sua postura conservadora/tradicionista sobre (ensino de) língua. Não obstante o perfil de seu autor, Ap3 também reflete, em certa medida, o contexto sócio-histórico-ideológico envolvendo o ensino de língua no Brasil nas últimas décadas. Devido a sua enxuta dimensão, Ap3 será a apresentação menos citada em minha análise, embora, como as outras duas, ela também tenha me possibilitado estabelecer conclusões interessantes sobre o funcionamento discursivo das apresentações das GEs.

Essa semelhança no que diz respeito às condições de produção, independentemente do que está sendo efetivamente realizado no interior da GE e de suas diferenças constitutivas, parece possibilitar nas apresentações desses compêndios discursos filiados a uma formação discursiva que, como veremos, determinam o dizer de Ap1, Ap2 e Ap3. Essa FD, a qual nomeio de *formação discursiva da virada pragmática no ensino de português* (doravante FDV), foi se constituindo desde a década de 1960 dentro dos cursos de Letras das universidades brasileiras, e hoje, de certo modo, é fonte dos sentidos que circulam não só em muitos departamentos de língua portuguesa e linguística, mas também em espaços outros, como em documentos oficiais sobre ensino de língua materna, nos livros didáticos e mesmo nas inúmeras salas de aula de língua portuguesa. Nesse sentido, parto do gesto analítico de entender os funcionamentos discursivos de Ap1, Ap2 e Ap3 como determinados pela FDV, a qual se sobressai no interior do “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 1995 [1975]) que instaura, atualmente, discursos sobre língua e seu ensino no Brasil.

Entretanto, como já mencionei, o funcionamento discursivo dessas apresentações não são absolutamente idênticos, pois saberes de outras FDs (sobretudo de uma outra FD) interpelam, em graus diferentes, esses três sujeitos discursivos. Tentarei mostrar que os discursos produzidos no interior da FDV mantêm claras relações de oposição com os discursos engendrados por uma outra FD, historicamente anterior a essa, a que nomeio *formação discursiva da doutrina gramatical tradicional* (doravante FDG). Importante frisar que essas duas FDs – FDV e FDG – não se encerram em si mesmas: suas fronteiras são porosas e os saberes que circulam em uma delas não raro atuam como matéria-prima representacional na constituição dos discursos engendrados pela outra.

Outro caminho – talvez possível – para análise dessas apresentações seria postular a FDG como espaço de onde partem os saberes discursivizados em Ap1, Ap2 e Ap3. Na continuidade dessa reflexão, haveria a fragmentação da forma-sujeito do gramático tradicional em diferentes posições-sujeito, que manteriam com essa forma-sujeito relações de identificação (“bom sujeito”), contraidentificação (“mau sujeito”) ou desidentificação. Em se tratando desse último caso – o da desidentificação –, seria válido defendermos a emergência de um “acontecimento discursivo” (PÊCHEUX, 1990 apud INDURSKY, 2008), uma vez que teríamos sentidos antes interditados na FDG sendo produzidos a partir de uma nova ordem do saber, oposta àquela.

Entretanto, julgo mais coerente a defesa de que a FDV é um espaço de múltiplos, dispersos e contraditórios saberes, cuja existência já se percebe, desde algumas décadas, em outras instâncias de discurso para além dos compêndios gramaticais. Isso significa que a FDV pode até ser um bom exemplo de acontecimento discursivo, mas se tomássemos outros *corpora* para análise. Em outras palavras, em se tratando das apresentações das GEs contemporâneas, os discursos que lá circulam reverberam saberes já atravessados em outros discursos, em outros espaços, em outras materialidades discursivas, a ponto de terem constituído, já há algumas décadas, tanto um sujeito sócio-histórico-ideológico da virada pragmática no ensino de língua quanto a formação discursiva a ele relacionada (a FDV), pelos quais os indivíduos responsáveis pelas apresentações dessas GEs são interpelados em sujeitos do discurso. É isso o que mostrarei a partir de agora.

4.1 OS DISCURSOS DAS APRESENTAÇÕES DAS GRAMÁTICAS ESCOLARES: ANÁLISE DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

Para exemplificar o que venho defendendo, inicio pela análise da sequência discursiva a seguir, extraída de Ap1:

SD1: Durante longo tempo, acreditou-se que falar bem português era falar difícil, isto é, empregar frases de efeito, com estrutura complicada e vocabulário culto. Hoje pensa-se de modo diferente: usar bem o português é o mesmo que saber adequá-lo às diferentes situações sociais de que participamos. (Ap1)

Analisando a materialidade discursiva que resulta da linearização de saberes do interdiscurso associados à FDV que engendra SD1, percebe-se o estabelecimento de uma oposição entre o passado (*Durante longo tempo*), vinculado a uma perspectiva purista de uso da língua, e o presente (*Hoje*), vinculado a uma concepção mais heterogênea de língua. Saberes oriundos da ideologia do senso comum, que tende a valorizar o novo em detrimento do antigo, também atravessam SD1 e operam a naturalização da ideia de que o ponto de vista sobre língua do presente é superior ao do passado. Ajuda a configurar tal efeito de sentido à indeterminação dos sujeitos sintáticos (*acreditou-se, pensa-se*), que, por sua vez, silencia a origem desses discursos em oposição e apaga os indícios na materialidade discursiva de suas respectivas formas-sujeito.

A análise do processo discursivo que engendra Ap2 também aponta para a existência dessa mesma filiação discursiva, como se pode observar a partir do trecho sublinhado na sequência discursiva seguinte:

SD2: Este livro pretende fornecer-lhe os meios necessários para um bom desempenho no seu cotidiano, em suas atividades de ouvir, falar, ler e escrever. Para isso, utilizamos uma linguagem bem moderna e atual e selecionamos os mais variados instrumentos para servir de exemplo: manchetes de jornais e revistas, propagandas, histórias em quadrinhos, poemas, contos etc. (Ap2)

Em SD2, Ap2 não tece oposições explícitas entre passado e presente, como o faz Ap1; entretanto, realiza certas articulações que desenham no vazio do não dito esse embate. Retomo aqui a noção de esquecimento enunciativo – o esquecimento nº 2, de Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) –, para afirmar que o dito – “[...] utilizamos uma linguagem bem moderna e atual [...]” – rejeita e oculta parcialmente “não ditos” da mesma família parafrástica, exemplificados no Quadro 2:

Quadro 2: Relação parafrástica (SD2)

Dito (SD2)	Não dito (paráfrase)
“utilizamos uma linguagem bem moderna e atual”	outros compêndios utilizam uma linguagem ultrapassada, antiga, desatualizada

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Ainda em relação a esses saberes oriundos da ideologia do senso comum, recupero também a ideia de que uma FD pode servir de matéria-prima representacional para outra (COURTINE, 2009), a fim de defender que a FD que governa o funcionamento discursivo de Ap1, Ap2 e Ap3 (a FDV) é saturada não só de saberes sobre a língua oriundos da linguística não formalista, mas também de saberes constitutivos dos discursos cotidianos e ideologicamente consensuais a respeito da formação/desenvolvimento do estudante no cenário contemporâneo, conforme se percebe, por exemplo, nas sequências discursivas que seguem, retiradas respectivamente de Ap1 e Ap2:

SD3: Portanto, ter domínio da língua faz muita diferença. Significa estar mais preparado para interagir com outras pessoas, o que implica ter a possibilidade de influenciar seu modo de agir e pensar e, da mesma forma, também ser influenciado. (Ap1)

SD4: O mundo vive em comunicação, o tempo todo. Para nos comunicarmos com as outras pessoas, para fazer parte e participar desse mundo – no qual as informações circulam incessante e vertiginosamente –, é necessário não só que nos expressemos com clareza, por escrito ou oralmente, mas que também possamos compreender as informações que recebemos de outras pessoas. (Ap2)

Em SD3, o não dito do enunciado “[...] ter domínio da língua faz muita diferença [...]” (diferença em relação a quê, diferença para quê?) reverbera uma suposta obviedade de sentido, filiado a uma perspectiva de escola e educação voltadas para o mercado, para a competitividade capitalista, para o posicionamento “bem sucedido” do indivíduo na sociedade, o qual se destacaria (diferenciaria) dos demais indivíduos por, por exemplo, “ter domínio da língua”. SD4, por sua vez, materializa a ideologia de que devemos “participar desse mundo” em que “informações circulam incessante e vertiginosamente”, e que só conseguiremos tal feito se nos expressarmos com clareza e pudermos compreender as informações recebidas.

Curiosamente, nessas sequências de Ap1 e Ap2, os dizeres “domínio da língua” (SD3) e “expressemos com clareza” / “compreender as informações que recebemos de outras pessoas” (SD4) também encontram eco nos discursos instaurados no interior da FDG, remetendo a outros saberes sobre língua, dissociados da FDV (língua como organismo autônomo e imanente, língua como expressão do pensamento, compreensão como recepção passiva de informações...). Esse achado ratifica a noção de FD não homogênea, porosa, esburacada, atravessada por saberes oriundos de outras FDs, constituindo, no dizer de Pêcheux (1995 [1975]) a relação de um todo complexo com um dominante. A FDV dissimula, então, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com esses saberes do interdiscurso, sua relação com o fato de que algo sempre fala em outros lugares anteriores e independentemente.

Esse funcionamento verificado nas sequências discursivas ora analisadas também é constitutivo de outra sequência discursiva de Ap1. Dessa feita, o foco incide sobre a valorização de outras semioses para além do verbal:

SD5: No mundo atual, caracterizado pela diversidade de linguagens e pela comunicação eletrônica, o uso adequado e eficiente da linguagem verbal é cada vez mais necessário. Essa linguagem não se contrapõe a outras; ao contrário, hoje linguagens verbais e não verbais se cruzam e se complementam, como ocorre na informática, no cinema, nos quadrinhos, na publicidade e até na literatura e na pintura. (Ap1)

Em SD5, vemos que, embora o passado axiologicamente depreciado não esteja presente no dito, expressões como “no mundo atual”, “comunicação eletrônica”, “informática, cinema, quadrinhos” reverberam efeitos de sentido associados à dinamicidade do mundo contemporâneo (“no qual informações circulam incessante e vertiginosamente” – SD4) e forjam um imaginário de interlocutor (o estudante) supostamente incompatível com um compêndio gramatical arraigado a um passado distante, baseado na doutrina herdada dos gregos e romanos. Mais uma vez, o sujeito discursivo afetado pela FDV promove articulações cujos sentidos são cridos como evidentes, mas são vazios em densidade informativo-argumentativa, ou até mesmo contraditórios. Essa contradição fica clara quando tentamos penetrar no terreno do processo discursivo de SD5 e estabelecemos relações parafrásticas a partir de certo enunciados da sequência (observemos o efeito contraditório do enunciado na segunda coluna do Quadro 3):

Quadro 3: Relação parafrástica (SD5)

Dito (SD5)	Não dito (paráfrase)
<p><i>“<u>No mundo atual</u>, caracterizado pela diversidade de linguagens e pela comunicação eletrônica, o uso adequado e eficiente da linguagem verbal <u>é cada vez mais</u> necessário.”</i></p>	<p><i><u>No passado</u>, <u>não</u> caracterizado pela diversidade de linguagens e pela comunicação eletrônica, o uso adequado e eficiente da linguagem verbal <u>não era (era pouco)</u> necessário. (?)</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Ainda sob o efeito da FDV, outros saberes que atuam enquanto discurso-transverso na constituição da materialidade discursiva linearizada nas apresentações das GEs são as noções de variedade linguística e adequação e eficiência no uso da linguagem. Como exemplos, analisemos SD6 (sequência discursiva que encerra Ap1) e SD7 (uma sequência de Ap3), além de retomarmos para análise SD2:

SD6: Esta gramática foi escrita para você, jovem ou adulto que, sem preconceitos, está sintonizado com os diferentes tipos de linguagem e deseja aprimorar sua capacidade de uso da língua portuguesa, seja falando e escrevendo, seja ouvindo e lendo. (Ap1)

SD7: Procuramos, mais uma vez, elaborar uma obra de estudo e consulta que possa servir de referência, o que creditamos à substancial renovação de textos e atividades, a qual mantém atualizada a relação do nosso trabalho com a língua falada e escrita no cotidiano brasileiro. (Ap3)

SD2: Este livro pretende fornecer-lhe os meios necessários para um bom desempenho no seu cotidiano, em suas atividades de ouvir, falar, ler e escrever. Para isso, utilizamos uma linguagem bem moderna e atual e selecionamos os mais variados instrumentos para servir de exemplo: manchetes de jornais e revistas, propagandas, histórias em quadrinhos, poemas, contos etc. (Ap2)

Em SD6, SD7 e SD2, os discursos engendrados pela forma-sujeito (sujeito universal) da virada pragmática reproduzem saberes das “macrolinguística” (cf. WEEDWOOD, 2002), como a Pragmática, a Sociolinguística e as teorias de gêneros, as quais questionam, por exemplo, a noção de erro/purismo linguístico e homogeneidade linguística, a favor de uma visão de língua(gem) que leve em conta as finalidades que demandam seus usos, os contextos sociais e situacionais em que estes ocorrem, os gêneros textuais que os configuram etc. Passagens como “sem preconceitos”, “diferentes tipos de linguagem”, “capacidade de uso da língua portuguesa” (SD6), “renovação de textos e atividades”, “língua falada e escrita no cotidiano brasileiro” (SD7) e “atividades de ouvir, falar, ler e escrever”, “variados instrumentos para servir de exemplo: manchetes de jornais e revistas, propagandas (...)” (SD2) remetem a discursos outros que, embora não linearizados no intradiscorso analisado, estão presentes sob a forma de pré-construído no interior da FDV, isto é, sob a forma de elementos que residem numa espécie de “sempre-aí” (PÊCHEUX, 1995 [1975]), saberes produzidos anteriormente em discursos outros e que atuam na interpelação ideológica do sujeito, constituindo o discurso das três apresentações. Daí a afirmação de que os sujeitos discursivos de todas elas (inclusive o de Ap3, que abre uma GE um pouco mais tradicional) são interpelados pelo sujeito do saber da FDV.

Essa interpelação ocorre imbricada com o esquecimento nº 1, nos termos de Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), o qual, como vimos, é o esquecimento que estrutura o enunciar, possibilitando a ilusão da enunciação subjetiva e a crença do sujeito discursivo nas evidências dos sentidos de determinadas formulações, como as mencionadas em SD6 e SD2 e as encontradas em outras sequências discursivas, como mostramos há pouco.

Adentremos agora no processo discursivo constitutivo das sequências abaixo, a fim de observar, mais uma vez, o conflito (tensão) que se estabelece entre a FDV e a FDG e que se reflete no discurso das apresentações:

SD8: A língua estudada nesta gramática é a língua portuguesa viva, isto é, a utilizada em suas variedades oral ou escrita, padrão ou não padrão, formal ou informal, regional ou urbana etc. (Ap1)

SD9: Nossa principal referência para o estudo dos variados tópicos gramaticais continua sendo a língua viva – textos de jornais e revistas, mensagens publicitárias, letras de músicas e obras literárias contemporâneas, que predominam como material de leitura e análise. (Ap3)

Tanto SD8 quanto SD9 enfatizam o estudo da “língua viva”, expressão condizente com a forma-sujeito que governa a FDV. Por outro lado, tal expressão, ao mesmo tempo, também pressupõe elementos da FDG, os quais não estão ditos nos enunciados, mas atuam como discurso-transverso deles constitutivos. Se existe uma língua viva é porque existe uma língua morta: a estudada nas gramáticas tradicionais, presas ao passado, ao certo *vs.* errado, ao purismo linguístico, à exclusividade no verbal, ao preconceito e, finalmente, ao estudante ou ao professor de cujas representações imaginárias nós, professores de português do século XXI, tentamos (in)conscientemente nos afastar, imbuídos que estamos no espaço discursivo da virada pragmática/linguística.

Portanto, ratifico a ideia de que, nos discursos das apresentações das GEs, a FDG atua como matéria-prima representacional da FDV, o que resulta em saberes em conflito constituindo o dizer dos sujeitos discursivos dessas apresentações. Inclusive, em

determinado momento de Ap2, mais especificamente no final do último parágrafo, percebe-se a voz do sujeito universal da FDG não só nos não ditos, mas também linearizada no fio discursivo, no intradiscurso, ainda que mascarada por eufemismos:

SD10: Procuramos, também, trabalhar apenas com os aspectos elementares da Língua Portuguesa, pois sabemos que, conhecendo esses aspectos fundamentais, você será capaz de desempenhar, cada vez mais e melhor, as atividades do dia a dia que envolve a comunicação entre as pessoas. (Ap2)

Em SD10, o simples uso do “também” discursivamente já anuncia outro tipo de trabalho feito pelo compêndio, dessa vez a partir da abordagem de “aspectos elementares da Língua Portuguesa”, ao mesmo tempo em que atualiza o efeito de sentido de que esse tipo de trabalho é algo complementar ao manual, e não a sua essência. Por certo, esses “aspectos elementares/fundamentais” a que se refere Ap2 não se situam no âmbito do texto ou do discurso, mas sim no âmbito da gramática do português; isto é, consistem em suas estruturas fonó-ortográficas e morfossintáticas, cujo estudo em si mesmo não se ajusta ao que se espera de um manual filiado ao paradigma da virada pragmática no ensino de língua. Todavia, tais aspectos – aparentemente inomináveis por conta do assujeitamento à forma-sujeito da FDV – são incontornáveis a toda e qualquer gramática, independentemente da abordagem da qual se parta, o que não justifica tamanho silenciamento ora analisado no fio discursivo de Ap2, mas também percebido na materialidade discursiva das outras duas apresentações.

Diante disso, parece-me não ser de bom tom, no cenário sócio-histórico-ideológico em que essas GEs se encontram, não só negar a ideologia da virada, mas também deixar rastros discursivos de uma suposta filiação teórico-metodológica à doutrina gramatical, o que inclui tentar interditar no texto de apresentação dos compêndios qualquer nuance de assujeitamento à FDG, a despeito do paradoxo e da impossibilidade de tal atitude.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise empreendida, pode-se afirmar que os sujeitos de Ap1, Ap2 e Ap3 estão filiados ideologicamente à FDV, de onde discursivizam. Nesse processo de assujeitamento, tais sujeitos instauram um movimento de identificação com a forma-sujeito associada à FDV, responsável pela ilusão da identidade do sujeito, do esquecimento dos saberes do interdiscurso (saberes esses apontados em meu gesto analítico de interpretação) no intradiscurso. O movimento identificatório operado no funcionamento discursivo dessas apresentações condiz com a primeira modalidade da tomada de posição (PÊCHEUX, 1995 [1975]), a que resulta na constituição da posição-sujeito do “bom sujeito”.

Entretanto, ainda que tenda à coincidência plena entre sujeito do discurso e sujeito do saber (forma-sujeito), também é possível afirmar que há espaço para “falhas no ritual” do assujeitamento, no dizer de Indursky (2007). Como vimos nas sequências discursivas analisadas, a FDV é dotada de fronteiras porosas que permitem a entrada de saberes, a princípio, a ela alheios ou opostos. Seu domínio de saber é frequentemente atravessado por saberes da FDG, instaurando um espaço de tensão/contradição/conflito, ao invés de unicidade, e uma forma-sujeito também heterogênea em relação a si mesma. Como exemplo, cito mais uma vez as expressões “domínio da língua” (SD3), que implicam na visão de língua como organismo imanente e independente do ser humano, o que ressoa saberes de espaços outros de se pensar a língua (doutrina gramatical, formalismo/estruturalismo), que não o da virada pragmática. Convém salientar que, a meu ver, isso não configura uma posição-sujeito diferenciada, uma vez que espaços de conflito e, até mesmo, contradições são constitutivos do sujeito universal da FDV, o que vai ao encontro da ideia de que a FDG serve de matéria-prima à FDV, não apenas numa atitude oposta aos saberes e discursos que circulam naquela (como mostrei na maioria das sequências analisadas), mas também a partir do atravessamento de saberes e discursos do velho no novo, da tradição na inovação (como em SD10).

De certo modo, esses resultados da análise do funcionamento discursivo das apresentações das gramáticas escolares de língua portuguesa refletem a transição no ensino de língua instaurada já há algum tempo, a qual não raro configura conflitos de identidade nos agentes envolvidos nesse deslocamento difícil e paulatino: acadêmicos, professores, livros didáticos, políticas públicas... Não seria, portanto, diferente com as gramáticas escolares, as quais são apresentadas ao estudante e ao professor sob a égide da FDV,

porém estruturadas teórico-metodologicamente sob os procedimentos condizentes ao sujeito do saber da FDG. Mas essa é uma relação cuja análise ultrapassa os limites deste artigo e se torna ponto de partida para um próximo.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

COURTINE, J-J. A estranha memória da análise do discurso. In: INDURSKY, F. et al. (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 25-32.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

DE PIETRI, É. *O discurso da mudança do ensino de língua materna no processo de constituição da lingüística brasileira*. 2003. 202f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – IEL, UNICAMP, Campinas, 2003.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. 2005. 269f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2005.

_____. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, S. et al. (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 47-65.

HAROCHE, C. et al. A semântica e o corte saussurianos: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007 [1971]. p. 13-31.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de Formação Discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 75-87.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S. et al. (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F. et al. (Org.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994. p. 15-28.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39-62.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. A análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 75-88.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). *A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-20.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997 [1969]. p. 61-69.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995 [1975].

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997 [1988].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252.

RANGEL, E. Livro didático de língua portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. São Paulo: Lucerna, 2001. p. 7-14.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

Recebido em 21/03/2016. Aceito em 23/06/2016.

ANEXO A: TEXTOS DE APRESENTAÇÃO ANALISADOS

Ap1: CEREJA, William Roberto; COCHAR, Thereza. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. **Volume único. 3.**ed. São Paulo: Atual, 2009. p. 448.

Apresentação

Prezado estudante:

No mundo atual, caracterizado pela diversidade de linguagens e pela comunicação eletrônica, o uso adequado e eficiente da linguagem verbal é cada vez mais necessário. Essa linguagem não se contrapõe a outras; ao contrário, hoje linguagens verbais e não verbais se cruzam e se complementam, como ocorre na informática, no cinema, nos quadrinhos, na publicidade e até na literatura e na pintura.

Portanto, ter domínio da língua faz muita diferença. Significa estar mais preparado para interagir com outras pessoas, o que implica ter a possibilidade de influenciar seu modo de agir e pensar e, da mesma forma, também ser influenciado. Língua é, pois, mudança, interação, transformação.

Durante longo tempo, acreditou-se que falar bem português era falar difícil, isto é, empregar frases de efeito, com estrutura complicada e vocabulário culto. Hoje pensa-se de modo diferente: usar bem o português é o mesmo que saber adequá-lo às diferentes situações sociais de que participamos.

Por exemplo, em situações formais, como numa entrevista, num discurso público, numa carta a um jornal ou numa dissertação escolar, é indispensável o uso da variedade padrão e formal da língua. Já numa conversa com os amigos ou familiares, a língua padrão seria formal demais e poderia contribuir para o distanciamento entre as pessoas.

A língua estudada nesta gramática é a língua portuguesa viva, isto é, a utilizada em suas variedades oral ou escrita, padrão ou não padrão, formal ou informal, regional ou urbana, etc. É a língua que circula nos jornais, na tevê, nos quadrinhos, nas canções, nos textos literários, nos anúncios publicitários, enfim, nos textos que circulam socialmente.

Esta gramática foi escrita para você, jovem ou adulto que, sem preconceitos, está sintonizado com os diferentes tipos de linguagem e deseja aprimorar sua capacidade de uso da língua portuguesa, seja falando e escrevendo, seja ouvindo e lendo.

Um abraço,

Os Autores.

Ap2: MESQUITA, Roberto Melo; MARTOS, Cloder Rivas. **Gramática pedagógica.** 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 496.

Apresentação

Ouvir, falar, ler e escrever são atividades que executamos todos os dias e com tanta frequência que muitas vezes nem percebemos. Por meio delas, nós nos comunicamos com as outras pessoas e estabelecemos relações com o mundo a nossa volta: as músicas e as propagandas que **ouvimos** no rádio ou na televisão; os colegas e as famílias com quem **conversamos** a toda hora; os livros, as revistas, as placas de sinalização e os anúncios publicitários que **lemos** a todo instante; as cartas, os bilhetes, as mensagens eletrônicas e os trabalhos escolares que **escrevemos**.

O mundo vive em comunicação, o tempo todo. Para nos comunicarmos com as outras pessoas, para fazer parte e participar desse mundo – no qual as informações circulam incessante e vertiginosamente –, é necessário não só que nos expressemos com clareza, por escrito ou oralmente, mas que também possamos compreender as informações que recebemos de outras pessoas.

Este livro pretende fornecer-lhe os meios necessários para um bom desempenho no seu cotidiano, em suas atividades de ouvir, falar, ler e escrever. Para isso, utilizamos uma linguagem bem moderna e atual e selecionamos os mais variados instrumentos para servir de exemplo: manchetes de jornais e revistas, propagandas, histórias em quadrinhos, poemas, contos etc. Procuramos, também, trabalhar apenas com os aspectos elementares da Língua Portuguesa, pois sabemos que, conhecendo esses aspectos fundamentais, você será capaz de desempenhar, cada vez mais e melhor, as atividades do dia a dia que envolve a comunicação entre as pessoas.

Os autores

Ap3: CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. **Ensino Médio. 3.** ed. São Paulo: Scipione, 2010. p. 584.

Apresentação

Caro leitor,

Além de comemorar dez anos de lançamento, esta nova edição da *Gramática da Língua Portuguesa* incorpora as diretrizes do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado entre os países de língua portuguesa em 1990 e implementado a partir de 2009.

Procuramos, mais uma vez, elaborar uma obra de estudo e consulta que possa servir de referência, o que creditamos à substancial renovação de textos e atividades, a qual mantém atualizada a relação do nosso trabalho com a língua falada e escrita no cotidiano brasileiro.

Nossa principal referência para o estudo dos variados tópicos gramaticais continua sendo a língua viva – textos de jornais e revistas, mensagens publicitárias, letras de músicas e obras literárias contemporâneas, que predominam como material de leitura e análise.

Os autores.